



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Rua Acre, 80, 17º andar, sala 1.702 - Bairro: Centro - CEP: 20081-000 - Fone: (21)2282-8589
- www.trf2.jus.br - Email: gabss@trf2.jus.br

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5012412-79.2020.4.02.0000/RJ

AGRAVANTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGRAVADO: SECAO SINDICAL SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS
SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCACAO BASICA E PROFISSIONAL - DO COLEGIO
MILITAR DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO/DECISÃO

Vislumbro, à primeira vista, a presença de elementos que evidenciam a probabilidade de provimento, ainda que parcial, do presente recurso, e o perigo de dano grave de difícil ou impossível reparação à União ora agravante, tendo em vista, sopesadamente:

- a excepcional possibilidade de controle judicial do objeto de ato administrativo praticado no exercício de discricionariedade técnica, desde que tenha ocorrido a inobservância dos pertinentes princípios;

- a dedução em juízo de irredutível pedido para compelir o CMRJ – Colégio Militar do Rio de Janeiro, *in limine et in fine*, a se abster de determinar a retomada de atividades presenciais, por agentes públicos civis docentes, enquanto perdurarem os estados de emergência de saúde pública e de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19 causada pelo novo coronavírus, ou enquanto não ocorrer a massiva imunização da população brasileira por meio da vacinação;

- a positivação, em favor de toda pessoa, do direito fundamental social a saúde, e, em favor do servidor público civil, do direito fundamental social a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por força respectivamente dos arts. 6º c/c 196 da CRFB, e dos arts. 7º, caput, XXII, c/c 39, § 3º, da Constituição (além da legislação infra-constitucional);

- a notória existência de cronograma para o restante do presente ano letivo e, para isso, a diretriz de esforço para retorno às atividades escolares regulares quando possível, estabelecida do art. 2º, § 9º, da Lei nº 14.040/2020;

- as notórias peculiaridades (intrínsecas e extrínsecas) e por isso excepcionalidade das atividades pedagógicas não presenciais, consideradas no art. 2º, §§ 4º, 5º e 6º, da Lei nº 14.040/2020;
- a necessária observância, para o retorno às atividades escolares regulares, das diretrizes das autoridades sanitárias e das regras estabelecidas pelo respectivo sistema de ensino, conforme o art. 6º, caput, da Lei nº 14.040/2020;
- a inserção dos Colégios Militares (como o presente CMRJ) no Sistema de Ensino do Exército e no Sistema Colégio Militar do Brasil, e, por conseguinte, sua submissão às regras editadas por quem tem atribuição para tanto dentro de tal sistemática, na forma da Lei nº 9.786/1999 (regulamentado por meio do Decreto nº 3.182/1999) e da **Portaria nº 42/2008 (R-69) do Comando do Exército**;
- a localização, do CMRJ, na Cidade do Rio de Janeiro e, assim, na Região Metropolitana I do Estado do RJ; e a ministração, naquele Colégio, da educação preparatória e assistencial (equivalente à educação básica) nos anos finais (e, mais especificamente, 6º, 7º, 8º e 9º) do nível de ensino fundamental e em todos os 3 anos (1º, 2º e 3º) do nível de ensino médio;
- no que concerne à educação básica, a presença de tratamento, por meio dos **Anexos dos Decretos Cariocas nºs 47.488, de 2 de junho de 2020, e 47.903, de 11 de setembro de 2020**, apenas da rede pública municipal e da rede particular de ensino;
- a autorização de retomada de aulas presenciais, na rede pública de ensino (em sentido amplo, sem especificação de ser apenas a estadual), nas regiões que permaneçam em baixo risco (sinalizada por “bandeira amarela”) por um período mínimo de 2 semanas contado a partir de 5 de outubro, por força do art. 6º, § 1º, do Decreto Fluminense nº 47.250, de 4 de setembro de 2020;
- a expressamente motivada orientação técnico-científica dos aludidos decretos por diretrizes de autoridades sanitárias;
- a notória atenção do **CMRJ** e, na linha hierárquica ascendente, da **DEPA – Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial** e do **DECEX – Departamento de Educação e Cultura do Exército**, a igual orientação técnico-científica, especialmente para com

os membros do corpos docente e discente que são mais vulneráveis e assim compõem o grupo de risco (cf. docs. 3, 4, 5 e 6 do evento 1 do presente recurso).

Em face do exposto, atribuo, em parte, eficácia suspensiva ao presente recurso, na forma dos arts. 1.019, I, 1ª parte, c/c 995, do novo CPC, c/c o art. 14 da Lei nº 7.347/1985 — e, assim, não obstante a louvável solicitação de manifestação técnico-científica de *amici curiae* por parte do MM. Juízo *a quo* (evento 4 da subjacente ACP), suspendo o cumprimento da decisão interlocutória ora agravada (evento 23 da mesma), para que o CMRJ volte a poder determinar a retomada de atividades presenciais por agentes públicos civis docentes, porém desde que continuando a serem observadas todas as regras pertinentes aplicáveis, incluindo, em especial, o citado art. 6º, § 1º, do Decreto Fluminense nº 47.250, de 4 de setembro de 2020.

Retifique-se a autuação, para que o CMRJ deixe de figurar na qualidade de interessado, por não ter personalidade jurídica (e, portanto, capacidade de ser parte), e, *a fortiori*, por já figurar a União como agravante.

Tendo em vista que o presente feito apresenta como contexto subjacente os impactos da pandemia de COVID-19 causada pelo novo coronavírus, de interesse do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão (instituído por meio da Portaria Conjunta nº 1/2019 do CNJ e do CNMP), providencie-se o cadastro do assunto "12612 COVID-19" (e também do assunto genérico "12467"), conforme o Ofício nº 194-SG do CNJ, caso ainda não o tenha sido; e informe-se via *e-mail* ao NUGEP-AREC da Egrégia Vice-Presidência deste Tribunal, conforme os Ofícios-Circulares nºs TRF2-OCI-2020/00019, TRF2-OCI-2020/00022, TRF2-OCI-2020/00027 e TRF2-OCI-2020/00033.

Intime-se o agravado, na forma do art. 1.019, II, do novo CPC, permitindo-se-lhe a apresentação de contrarrazões recursais.

Em seguida, intime-se o MPF, na forma dos arts. 1.019, III, c/c 178, *caput*, do novo CPC, c/c o art. 5º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985, franqueando-se-lhe manifestação na qualidade de *custos juris*.

Decorridos os prazos legais, restitua-se-me os autos.

Documento eletrônico assinado por **SERGIO SCHWAITZER, Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.trf2.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **20000278241v51** e do código CRC **e15e0967**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): SERGIO SCHWAITZER
Data e Hora: 23/9/2020, às 13:9:6

5012412-79.2020.4.02.0000

20000278241 .V51